

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	49
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.180
Preferenciais	7.830
Total	18.010
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	291.203	299.805	301.621
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.172	8.917	37.168
1.01.01	Caixa	1.188	1.348	2.139
1.01.02	Aplicações de Liquidez	984	7.569	35.029
1.02	Ativos Financeiros	231.306	232.849	208.428
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	0	6.931
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	6.931
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	231.306	232.849	201.497
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	0	10.456	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	863	1.925	2.746
1.02.04.04	Operações de Crédito	239.377	229.582	207.153
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-8.934	-9.114	-8.402
1.03	Tributos	30.916	26.252	16.223
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	11.209	10.337	484
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	19.034	15.915	15.739
1.03.03	Outros	673	0	0
1.04	Outros Ativos	18.633	23.920	32.791
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	0	0	6
1.04.01.01	Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	2	2	9
1.04.01.02	(Provisão para Desvalorizações)	-2	-2	-3
1.04.03	Outros	18.633	23.920	32.785
1.04.03.01	Despesas Antecipadas	1.878	3.066	4.935
1.04.03.02	Outros Creditos	16.755	20.854	27.850
1.05	Investimentos	8.176	7.867	7.010
1.05.01	Participações em Coligadas	1.091	296	0
1.05.03	Participações em Controladas	7.085	7.571	7.010
1.06	Imobilizado	0	0	1
1.06.01	Imobilizado de Uso	0	0	453

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.06.01.01	Outras Imobilizações de Uso	0	0	453
1.06.03	Depreciação Acumulada	0	0	-452

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	291.203	299.805	301.621
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	14.732	10.457	14.030
2.02.01	Depósitos	14.732	10.457	14.030
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	3.786	0	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.946	10.457	14.030
2.03	Provisões	17.712	17.463	21.192
2.03.01	Provisões para Outros Passivos	17.712	17.463	21.192
2.04	Passivos Fiscais	311	883	1.239
2.04.01	Correntes	311	883	1.239
2.05	Outros Passivos	7.161	13.873	17.495
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	0	27	0
2.05.02	Sociais e Estatutárias	385	3.533	4.526
2.05.03	Provisão para Pagamentos a Efetuar	4.054	7.623	11.202
2.05.04	Valores a Pagar à Sociedades Ligadas	239	242	215
2.05.05	Credores Diversos	2.483	2.448	1.552
2.07	Patrimônio Líquido	251.287	257.129	247.665
2.07.01	Capital Social Realizado	135.075	126.070	126.070
2.07.02	Reservas de Capital	6.250	6.250	6.250
2.07.04	Reservas de Lucros	109.962	124.809	115.350
2.07.04.01	Reserva Legal	15.925	15.925	15.265
2.07.04.02	Reserva Estatutária	94.037	108.884	100.085
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-5

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	51.443	48.404	57.301
3.01.01	Operações de Crédito	50.533	45.896	53.883
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	910	2.508	3.418
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-11.343	-10.596	-11.964
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-4.587	-1.479	-2.153
3.02.02	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-57	-252	-1.125
3.02.03	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-6.699	-8.865	-8.686
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	40.100	37.808	45.337
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-48.787	-29.702	-33.396
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	5	4	7
3.04.02.01	Rendas de Tarifas Bancárias	5	4	7
3.04.03	Despesas com Pessoal	-5.845	-7.328	-7.001
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-15.942	-15.037	-15.523
3.04.05	Despesas Tributárias	-2.171	-4.961	-2.519
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	4.794	5.473	1.434
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-29.287	-7.720	-10.342
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	-341	-133	548
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.687	8.106	11.941
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.845	5.104	-3.186
3.06.01	Corrente	-274	4.925	-1.873
3.06.02	Diferido	3.119	179	-1.313
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	-5.842	13.210	8.755
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	-5.842	13.210	8.755
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	-5.842	13.210	8.755
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	-1,298	2,934	1,944
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,649	1,467	0,972
3.99.01.01	ON	-0,3244	0,7335	0,4861
3.99.01.02	PN	-0,3244	0,7335	0,4861

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,649	1,467	0,972
3.99.02.01	ON	-0,3244	0,7335	0,4861
3.99.02.02	PN	-0,3244	0,7335	0,4861

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	-5.842	13.210	8.755
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	0	5	-5
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	0	5	-5
4.02.01.01	Títulos Disponíveis para Venda	0	8	-8
4.02.01.02	Efeito Fiscal	0	-3	3
4.04	Resultado Abrangente do Período	-5.842	13.215	8.750

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-2.668	-30.552	-79.083
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	5.336	17.540	27.454
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.687	8.106	12.741
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	14.023	9.434	14.713
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.004	-48.092	-106.537
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.456	-10.457	750
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	1.063	641	-855
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito	-16.674	-30.603	7.672
6.01.02.04	Redução em Outros Créditos	4.348	700	2.196
6.01.02.05	Redução em Outros Valores e Bens	1.187	1.870	3.189
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Depósitos	4.275	-3.573	-100.311
6.01.02.07	(Redução) em Outras Obrigações	-12.278	-5.880	-16.707
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-381	-790	-2.471
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-633	6.237	69.980
6.02.01	Aquisição de Participação Societária	-650	-500	0
6.02.02	Aumento de Participação em Controlada	0	-555	0
6.02.03	Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	0	7.116	69.936
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	0	30	28
6.02.06	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	17	146	16
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.444	-3.936	-4.992
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-3.444	-3.936	-4.992
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.745	-28.251	-14.095
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.917	37.168	51.263
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.172	8.917	37.168

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	126.070	6.250	124.809	0	0	0	257.129
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.070	6.250	124.809	0	0	0	257.129
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.005	0	-9.005	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	9.005	0	-9.005	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	-5.842	0	-5.842
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	-5.842	0	-5.842
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.842	0	5.842	0	0
5.07	Saldos Finais	135.075	6.250	109.962	0	0	0	251.287

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	126.070	6.250	115.350	0	0	-5	247.665
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.070	6.250	115.350	0	0	-5	247.665
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-3.751	0	-3.751
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-672	0	-672
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.079	0	-3.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	13.210	5	13.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	13.210	0	13.210
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	5	5
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	8	8
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-3	-3
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.459	0	-9.459	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	9.459	0	-9.459	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	660	0	-660	0	0
5.06.01.02	Reserva Estatutária	0	0	8.799	0	-8.799	0	0
5.07	Saldos Finais	126.070	6.250	124.809	0	0	0	257.129

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	126.070	6.250	110.464	0	0	0	242.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.070	6.250	110.464	0	0	0	242.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-3.869	0	-3.869
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.869	0	-3.869
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	8.755	-5	8.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	8.755	0	8.755
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-5	-5
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-8	-8
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	3	3
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.886	0	-4.886	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.886	0	-4.886	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	438	0	-438	0	0
5.06.01.02	Reserva Estatutária	0	0	4.448	0	-4.448	0	0
5.07	Saldos Finais	126.070	6.250	115.350	0	0	-5	247.665

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	20.337	37.398	39.981
7.01.01	Intermediação Financeira	51.443	48.404	57.301
7.01.02	Prestação de Serviços	5	4	7
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-6.699	-8.865	-8.686
7.01.04	Outras	-24.412	-2.145	-8.641
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-4.644	-1.731	-3.278
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.942	-15.037	-15.523
7.03.02	Serviços de Terceiros	-10.861	-10.048	-10.717
7.03.04	Outros	-5.081	-4.989	-4.806
7.03.04.01	Processamento de Dados	-2.552	-2.128	-2.067
7.03.04.02	Publicações	-185	-187	-232
7.03.04.03	Serviços do Sistema Financeiro	-62	-55	-53
7.03.04.04	Seguros	-1.930	-2.176	-2.094
7.03.04.05	Outros	-352	-443	-360
7.04	Valor Adicionado Bruto	-249	20.630	21.180
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	-249	20.630	21.180
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-341	-133	548
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-341	-133	548
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	-590	20.497	21.728
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	-590	20.497	21.728
7.09.01	Pessoal	4.785	5.985	5.982
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.702	5.912	5.891
7.09.01.02	Benefícios	83	73	91
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	467	1.302	6.991
7.09.02.01	Federais	454	-1.527	6.983
7.09.02.02	Estaduais	11	2.820	6
7.09.02.03	Municipais	2	9	2
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	-5.842	13.210	8.755

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	3.079	3.869
7.09.04.02	Dividendos	0	672	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.842	9.459	4.886

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CREDITAQUI FINANCEIRA S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2022**

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Creditaqui Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, bem como as demonstrações consolidadas abrangendo a empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No cenário mundial, a atividade econômica desacelerou-se em 2022, principalmente nas economias chinesa, americana e na área do euro. Projeções iniciais apontam para conjuntura econômica também desafiadora em 2023. A inflação mundialmente elevada, juros em alta e conflitos geopolíticos continuam agravando a conjuntura de incertezas.

Internamente, o destacado desempenho do setor de serviços, que responde por aproximadamente 70% do PIB, foi o principal responsável pelo crescimento de 2,9% em 2022, ante 5,0% em 2021. A expansão consistente desse setor em 2022 refletiu a reabertura da economia no pós-pandemia, transferências governamentais e queda do desemprego.

O dinamismo do comércio exterior também trouxe contribuições importantes para o desempenho da economia. As exportações alcançaram US\$ 335 bilhões, crescimento de 19,3%. As importações registraram US\$ 272,7 bilhões, expansão de 24,3% superiores ao mesmo período do ano anterior. O superávit acumulado foi de US\$ 62,3 bilhões.

Por outro lado, o comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, acumulou queda de 0,6% na comparação com o mesmo período de 2021. A produção industrial também registrou fraco desempenho.

Quanto aos preços na economia, as pressões inflacionárias arrefeceram-se em meados de 2022. A deflação registrada nos meses de julho, agosto e setembro pode ser atribuída, principalmente, à queda dos preços da energia e dos combustíveis. O IPCA registrou elevação anual de 5,79%, ante alta de 10,06% em 2021. Para 2023, projeções iniciais apontam para inflação da ordem de 5,8%.

No que tange à política monetária, a taxa de juros Selic foi ajustada gradativamente para conter as pressões inflacionárias. Foi elevada de 2,0% em meados de março de 2021 para 9,25% ao ano em dezembro, alcançando 13,75% ao ano em agosto de 2022.

Quanto às perspectivas, prognósticos recentes continuam apontando baixo crescimento do PIB em 2023, da ordem de 0,8%.

No Sistema Financeiro Nacional, o saldo do crédito alcançou crescimento de 14,0%, ante 16,3% no ano anterior. As provisões para risco de crédito passaram de 5,8% em dezembro de 2021 para 6,0% em dezembro de 2022.

CONTEXTO CORPORATIVO E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Creditaqui é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza as suas atividades operacionais com foco no financiamento de bens de consumo duráveis e crédito consignado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Instituição empreende suas atividades através da rede de agências do Controlador, distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é calculado em conjunto com o Controlador e posicionou-se em 15,21%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 17.

A gestão dos riscos é centralizada no Controlador, que dispõe de adequadas estruturas para esse gerenciamento. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 18.

- **Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultados - Consolidados**

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 291,4 milhões. As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários situaram-se em R\$ 6,6 milhões. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 863 mil, para os quais a Instituição tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As Operações de Crédito somam R\$ 239,4 milhões e representam 82,1% do ativo total da Instituição. As operações registradas nas faixas que refletem a melhor qualidade do crédito, de "AA" a "C", perfazem 93,3% do total das operações de crédito. A provisão para risco de crédito postou-se em 3,8%.

Os principais recursos captados de terceiros estão representados por Depósitos a Prazo de R\$ 10,9 milhões (R\$ 10,5 milhões em 2021) e Depósitos Interfinanceiros de R\$ 3,8 milhões.

- **Patrimônio Líquido e Resultado**

A Creditaqui registrou Patrimônio Líquido de R\$ 251,3 milhões e o resultado negativo foi de R\$ 5,8 milhões. No exercício, não foram declarados dividendos ou juros sobre o capital próprio, em conformidade com as disposições que regem o assunto.

As Receitas da Intermediação Financeira alcançaram R\$ 52,0 milhões, crescimento de 7,0%. Destacam-se as Receitas de Operações de Crédito de R\$ 50,3 milhões (R\$ 45,9 milhões em dezembro de 2021).

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa, posicionou-se em R\$ 40,7 milhões, crescimento de 7,0%.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 5,8 milhões, queda de 20,2%. As Despesas Administrativas somaram R\$ 16,1 milhões, crescimento de 6,2%.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

A Creditaqui apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as normas em vigor. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 19.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CONTROLADAS**

A controlada, Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., registrou prejuízo de R\$ 489,0 mil, com o Patrimônio Líquido posicionando-se em R\$ 7,1 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, a Creditaqui e sua controlada vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Creditaqui Financeira S.A., nesta oportunidade, agradece aos seus acionistas, clientes e colaboradores pelo expressivo apoio e confiança, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento da Instituição.

Belo Horizonte, março de 2023.

Administração

Notas Explicativas

Apresentamos às Demonstrações Financeiras Contábeis Individuais e Consolidadas da Creditaqui Financeira S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As informações preenchidas nos quadros individuais, estão em conformidade com o sistema padronizado da CVM, cuja apresentação das contas é diferente ao modelo adotado pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas
no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar
pelo Banco Central do Brasil

Dezembro de 2022

CREDITAQUI FINANCEIRA S.A.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ Mil

A T I V O	Nota	Creditaqui Exercícios		Consolidado Exercícios	
		2022	2021	2022	2021
DISPONIBILIDADES		1.188	1.348	1.198	1.360
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		232.290	240.418	237.018	245.289
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	984	18.025	984	18.025
Títulos e Valores Mobiliários	5	863	1.925	5.591	6.796
Operações de Crédito		230.443	220.468	230.443	220.468
Setor Privado	6.1	239.377	229.582	239.377	229.582
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6.4	(8.934)	(9.114)	(8.934)	(9.114)
ATIVOS FISCAIS		30.916	26.252	33.333	28.997
Correntes	7.1	11.882	10.337	14.299	13.082
Diferidos	7.2	19.034	15.915	19.034	15.915
OUTROS ATIVOS		18.633	23.920	18.809	24.065
Outros Valores e Bens		1.878	3.066	1.878	3.066
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		2	2	2	2
(Provisão para Desvalorizações)		(2)	(2)	(2)	(2)
Despesas Antecipadas	8.3	1.878	3.066	1.878	3.066
Outros Créditos		16.755	20.854	16.931	20.999
Rendas a Receber		18	34	18	17
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	8.1	587	330	587	330
Devedores por Depósitos em Garantia	8.2	13.240	12.512	13.416	12.674
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito		2.128	7.139	2.128	7.139
Devedores Diversos		845	839	845	839
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		(63)	-	(63)	-
INVESTIMENTOS		8.176	7.867	1.091	296
Participações Societárias	9	8.176	7.867	1.091	296
IMOBILIZADO		-	-	-	5
Imóveis de Uso		-	-	-	48
Outras Imobilizações de Uso		-	-	-	138
(Depreciações Acumuladas)		-	-	-	(181)
TOTAL DO ATIVO		291.203	299.805	291.449	300.012

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ Mil

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Creditaqui		Consolidado	
		Exercícios		Exercícios	
		2022	2021	2022	2021
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		14.732	10.457	14.732	10.457
Depósitos	10.1	14.732	10.457	14.732	10.457
Depósitos Interfinanceiros		3.786	-	3.786	-
Depósitos a Prazo		10.946	10.457	10.946	10.457
PROVISÕES		17.712	17.463	17.864	17.604
Provisão para Outros Passivos	11.a	17.712	17.463	17.864	17.604
PASSIVOS FISCAIS		311	883	367	912
Correntes		311	883	367	912
OUTROS PASSIVOS		7.161	13.873	7.168	13.877
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		-	27	-	27
Sociais e Estatutárias		385	3.533	386	3.534
Provisão para Pagamentos a Efetuar	12.2	4.054	7.623	4.054	7.623
Valores a Pagar à Sociedades Ligadas	15.1	239	242	245	245
Credores Diversos - no País	12.1	2.483	2.448	2.483	2.448
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	251.287	257.129	251.318	257.162
Capital Social	13.1	135.075	126.070	135.075	126.070
Reservas de Capital	13.2	6.250	6.250	6.250	6.250
Reservas de Lucros	13.2	109.962	124.809	109.962	124.809
Reserva Legal		15.925	15.925	15.925	15.925
Reservas Estatutárias		94.037	108.884	94.037	108.884
Participação dos Não Controladores		-	-	31	33
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		291.203	299.805	291.449	300.012

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	Nota	Creditaqui			Creditaqui - Consolidado		
		2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
		2022	2022	2021	2022	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		25.622	51.443	48.404	25.941	52.021	48.611
Operações de Crédito	6.3	25.450	50.533	45.896	25.450	50.533	45.896
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		172	910	2.508	491	1.488	2.715
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.381)	(4.644)	(1.731)	(2.381)	(4.644)	(1.731)
Operações de Captação no Mercado	10.2	(2.349)	(4.587)	(1.479)	(2.349)	(4.587)	(1.479)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(32)	(57)	(252)	(32)	(57)	(252)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23.241	46.799	46.673	23.560	47.377	46.880
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6.4	(4.311)	(6.699)	(8.865)	(4.311)	(6.699)	(8.865)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.930	40.100	37.808	19.249	40.678	38.015
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(25.431)	(48.807)	(29.656)	(25.609)	(49.154)	(29.802)
Receitas de Prestação de Serviços		-	5	4	-	5	4
Rendas de Tarifas Bancárias		-	5	4	-	5	4
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(251)	(341)	(133)	360	146	(204)
Despesas de Pessoal	14.1	(2.564)	(5.845)	(7.328)	(2.566)	(5.848)	(7.331)
Outras Despesas Administrativas	14.2	(6.179)	(15.942)	(15.037)	(6.227)	(16.068)	(15.131)
Despesas Tributárias	14.3	(1.083)	(2.171)	(4.961)	(1.085)	(2.175)	(4.966)
Outras Receitas Operacionais	14.4	3.398	4.774	5.470	3.535	4.952	5.501
Outras Despesas Operacionais	14.5	(14.686)	(20.516)	(2.524)	(15.560)	(21.395)	(2.528)
Reversões / (Despesas) de Provisões	14.6	(4.066)	(8.771)	(5.147)	(4.066)	(8.771)	(5.147)
RESULTADO OPERACIONAL		(6.501)	(8.707)	8.152	(6.360)	(8.476)	8.213
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	20	(46)	-	20	(45)
Receitas		-	20	3	-	20	3
Despesas		-	-	(49)	-	-	(48)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(6.501)	(8.687)	8.106	(6.360)	(8.456)	8.168
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.3	1.985	2.845	5.104	1.842	2.612	5.042
Provisão para Imposto de Renda		(91)	(184)	3.176	(193)	(349)	3.135
Provisão para Contribuição Social		(74)	(90)	1.749	(115)	(158)	1.728
Ativo Fiscal Diferido	7.2.b	2.150	3.119	179	2.150	3.119	179
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	2	2	-
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(4.516)	(5.842)	13.210	(4.516)	(5.842)	13.210
LUCRO / (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)							
Ações ordinárias		(0,2507)	(0,3244)	0,7335			
Ações preferenciais		(0,2507)	(0,3244)	0,7335			
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)							
Ações ordinárias		(2.553)	(3.302)	7.467			
Ações preferenciais		(1.963)	(2.540)	5.743			
Número de Ações em Circulação - básico e diluído							
Ações ordinárias		10.179.565	10.179.565	10.179.565			
Ações preferenciais		7.830.435	7.830.435	7.830.435			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	Creditaqui			Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021	2022	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(4.516)	(5.842)	13.210	(4.516)	(5.842)	13.210
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	5	-	-	5
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	-	-	5	-	-	5
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	-	-	8	-	-	8
Efeito Fiscal	-	-	(3)	-	-	(3)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(4.516)	(5.842)	13.215	(4.516)	(5.842)	13.215
Lucro / (Prejuízo) Atribuível à Controladora	(4.516)	(5.842)	13.215	(4.514)	(5.840)	13.215
Lucro / (Prejuízo) Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	-	(2)	(2)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS DE	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS	LUCROS /	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	PATRIMÔNIO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RESULTADOS ABRANGENTES	(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	LÍQUIDO	DOS NÃO CONTROLADORES	LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDOS EM 01/01/2021	126.070	-	6.250	15.265	100.085	(5)	-	247.665	541	248.206
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	5	-	5	-	5
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	13.210	13.210	-	13.210
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(508)	(508)
Destinações:										
Reservas	-	-	-	660	8.799	-	(9.459)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(672)	(672)	-	(672)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(3.079)	(3.079)	-	(3.079)
SALDOS EM 31/12/2021	126.070	-	6.250	15.925	108.884	-	-	257.129	33	257.162
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	660	8.799	5	-	9.464	(508)	8.956
SALDOS EM 01/01/2022	126.070	-	6.250	15.925	108.884	-	-	257.129	33	257.162
Aumento de Capital - AGE 22/04/2022	9.005	-	-	-	(9.005)	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	-	-	-	(5.842)	-	5.842	-	-	-
(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	-	(5.842)	(5.842)	(2)	(5.844)
SALDOS EM 31/12/2022	135.075	-	6.250	15.925	94.037	-	-	251.287	31	251.318
MUTAÇÕES DO PERÍODO	9.005	-	-	-	(14.847)	-	-	(5.842)	(2)	(5.844)
SALDOS EM 01/07/2022	126.070	9.005	6.250	15.925	99.879	-	(1.326)	255.803	33	255.836
Aumento de Capital - AGE 22/04/2022	9.005	(9.005)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	-	-	-	(5.842)	-	5.842	-	-	-
(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	-	(4.516)	(4.516)	(2)	(4.518)
SALDOS EM 31/12/2022	135.075	-	6.250	15.925	94.037	-	-	251.287	31	251.318
MUTAÇÕES DO PERÍODO	9.005	(9.005)	-	-	(5.842)	-	1.326	(4.516)	(2)	(4.518)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	Creditaqui			Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021	2022	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:						
Lucro Líquido / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.501)	(8.687)	8.106	(6.360)	(8.456)	8.168
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo) antes dos Impostos	7.792	14.023	9.434	7.133	13.452	9.477
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	4.067	8.772	5.159	4.073	8.783	5.163
Atualizações Monetárias Ativas	(837)	(1.789)	(4.768)	(889)	(1.882)	(4.799)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	4.311	6.699	8.865	4.311	6.699	8.865
Resultado de Equivalência Patrimonial	251	341	133	(360)	(146)	204
(Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos	-	-	(3)	-	-	(3)
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	-	(2)	(2)	-
Perda de Capital em Controlada	-	-	48	-	-	47
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	1.291	5.336	17.540	773	4.996	17.645
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	10.456	(10.457)	-	10.456	(10.457)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	539	1.063	641	801	1.205	671
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	35.123	(16.674)	(30.603)	35.123	(16.674)	(30.603)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(1.581)	4.348	700	(1.189)	4.774	881
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	882	1.187	1.870	888	1.187	1.870
Aumento (Redução) em Depósitos	(25.073)	4.275	(3.573)	(25.073)	4.275	(3.573)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(9.837)	(12.278)	(5.880)	(9.866)	(12.332)	(6.564)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	1.344	(2.287)	(29.762)	1.457	(2.113)	(30.130)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(381)	(790)	(116)	(545)	(820)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	1.344	(2.668)	(30.552)	1.341	(2.658)	(30.950)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:						
Aquisição de Participação Societária	(650)	(650)	(500)	(650)	(650)	(500)
Aumento de Participação em Controlada	-	-	(555)	-	-	-
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	7.116	-	-	7.116
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	-	30	-	-	30
Alienação em Imobilizado de Uso	-	-	-	5	5	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	17	146	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(650)	(633)	6.237	(645)	(645)	6.646
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:						
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(3.444)	(3.936)	-	(3.444)	(3.941)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	-	(3.444)	(3.936)	-	(3.444)	(3.941)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	694	(6.745)	(28.251)	696	(6.747)	(28.245)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.478	8.917	37.168	1.486	8.929	37.174
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	2.172	2.172	8.917	2.182	2.182	8.929
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	694	(6.745)	(28.251)	696	(6.747)	(28.245)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	Creditaqui			Creditaqui - Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021	2022	2022	2021
1 - RECEITAS	6.038	20.337	37.398	5.619	20.213	37.632
Intermediação Financeira	25.622	51.443	48.404	25.941	52.021	48.611
Prestação de Serviços	-	5	4	-	5	4
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(4.311)	(6.699)	(8.865)	(4.311)	(6.699)	(8.865)
Outras	(15.273)	(24.412)	(2.145)	(16.011)	(25.114)	(2.118)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.381)	(4.644)	(1.731)	(2.381)	(4.644)	(1.731)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.179)	(15.942)	(15.037)	(6.227)	(16.068)	(15.131)
Serviços de Terceiros	(3.807)	(10.861)	(10.048)	(3.852)	(10.941)	(10.079)
Outros	(2.372)	(5.081)	(4.989)	(2.375)	(5.127)	(5.052)
Processamento de Dados	(1.290)	(2.552)	(2.128)	(1.290)	(2.552)	(2.128)
Publicações	(32)	(185)	(187)	(32)	(223)	(241)
Serviços do Sistema Financeiro	(32)	(62)	(55)	(32)	(62)	(55)
Seguros	(817)	(1.930)	(2.176)	(817)	(1.930)	(2.176)
Outros	(201)	(352)	(443)	(204)	(360)	(452)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	(2.522)	(249)	20.630	(2.989)	(499)	20.770
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	-	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	(2.522)	(249)	20.630	(2.989)	(499)	20.770
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(251)	(341)	(133)	360	146	(204)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(251)	(341)	(133)	360	146	(204)
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	(2.773)	(590)	20.497	(2.629)	(353)	20.566
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(2.773)	(590)	20.497	(2.629)	(353)	20.566
Pessoal	2.101	4.785	5.985	2.102	4.787	5.987
Remuneração Direta	2.056	4.702	5.912	2.057	4.704	5.914
Benefícios	45	83	73	45	83	73
Impostos, Taxas e Contribuições	(358)	467	1.302	(213)	704	1.369
Federais	(362)	454	(1.527)	(218)	688	(1.463)
Estaduais	3	11	2.820	3	11	2.820
Municipais	1	2	9	2	5	12
Remuneração de Capitais Próprios	(4.516)	(5.842)	13.210	(4.518)	(5.844)	13.210
Dividendos	-	-	672	-	-	672
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	3.079	-	-	3.079
Lucros / (Prejuízos) Retidos do Período	(4.516)	(5.842)	9.459	(4.516)	(5.842)	9.459
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	(2)	(2)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, antiga Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, alterada denominação social pela AGE de 05/09/2022, é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza suas atividades operacionais atuando no segmento de crédito direto ao consumidor e crédito consignado. A sede da Creditaqui está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Creditaqui Financeira S.A. em 07/03/2023.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do BACEN e da CVM e são evidenciadas em quadros específicos das notas explicativas, quando necessário.

Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam a Creditaqui e a sua empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (vide nota nº 9.).

2.3. Reclassificação de Informações Comparativas

Foram realizadas reclassificações em dezembro de 2021 na Demonstração do Resultado do período, no individual e consolidado, conforme segue:

De	Para	Valores
Despesas de pessoal	Reversões / (Despesas) de Provisões	223
Outras receitas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	2.439
Outras despesas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	(7.809)

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Creditaqui para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 18.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSL em 1%, passando de 15% para 16% no período de agosto/22 a dezembro/22. No segundo semestre de 2021 a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando de 15% para 20% no período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Medida Provisória nº 1.034/21, para o setor financeiro.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Outros Valores e Bens

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento e estão reconhecidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo.

Estes bens, quando recebidos por dação em pagamento, são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados através de laudo técnico, para a avaliação de existência de *impairment*.

e) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 4.924/21 que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

h) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

i) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 13.4.).

A Creditaqui não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2022 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

j) Benefícios a empregados

A Creditaqui dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

k) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:

I.Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

II.Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

l) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Creditaqui, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): a Creditaqui avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Creditaqui exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências da Creditaqui são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são como segue:

Descrição	Creditaqui		Creditaqui - Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	1.188	1.348	1.198	1.360
Aplicações interfinanceiras de liquidez	984	7.569	984	7.569
Total	2.172	8.917	2.182	8.929

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações interfinanceiras de liquidez, no individual e consolidado:

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	984	7.569
Letras Financeiras do Tesouro	984	-
Letras do Tesouro Nacional	-	7.569
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.456
Total – Circulante	984	18.025

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Creditaqui	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Mantidos até o Vencimento				
Fundo de investimentos em direitos creditórios	863	863	1.925	1.925
Total Contábil – Não Circulante	863	863	1.925	1.925

Creditaqui - Consolidado	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação				
CDB	4.728	4.728	4.871	4.871
Mantidos até o Vencimento				
Fundo de investimentos em direitos creditórios	863	863	1.925	1.925
Total geral	5.591	5.591	6.796	6.796
Total Contábil	-	5.591	-	6.796
Circulante	-	181	-	2.824
Não circulante	-	5.410	-	3.972

b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Creditaqui	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Total
Mantidos até o Vencimento			
Fundo de investimentos em direitos creditórios	863	-	863
Total em 31/12/2022	863	-	863
Total em 31/12/2021	-	1.925	1.925

Creditaqui – Consolidado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Total
Títulos para negociação	181	1.556	2.991	4.728
CDB	181	1.156	2.991	4.728
Mantidos até o Vencimento	-	863	-	863
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	863	-	863
Total em 31/12/2022	181	2.419	2.991	5.591
Total em 31/12/2021	2.824	662	3.310	6.796

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira, no individual e consolidado, por produto

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Dez / 2022	Dez / 2021
Crédito Consignado Público	-	161.265	5.235	1.842	3.527	2.346	1.046	906	3.472	179.639	182.154
Crédito Consignado INSS	-	40.550	3.968	3.304	1.448	579	112	139	563	50.663	40.075
Veículos - CDC	3.414	614	3.222	-	-	-	1.697	-	24	8.971	7.171
Renegociação	-	-	-	-	48	5	6	13	32	104	182
Total	3.414	202.429	12.425	5.146	5.023	2.930	2.861	1.058	4.091	239.377	229.582
Perda Esperada	-	1.012	124	154	502	879	1.431	741	4.091	8.934	9.114

b) Composição da carteira, no individual e consolidado, por prazo de vencimento

Descrição		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	3.414	202.368	3.445	-	47	4	812	-	5	210.095	87,77
	01 a 30 dias	99	3.253	107	-	4	-	32	-	-	3.495	1,46
	31 a 60 dias	97	9.078	117	-	4	-	32	-	-	9.328	3,90
	61 a 90 dias	96	2.973	97	-	2	-	31	-	-	3.199	1,34
	91 a 180 dias	276	17.022	310	-	7	1	92	-	-	17.708	7,40
	181 a 360 dias	508	29.832	580	-	11	1	174	-	1	31.107	13,00
	Acima de 360 dias	2.338	140.210	2.234	-	19	2	451	-	4	145.258	60,67
	Vencidas até 14 dias	-	61	-	-	-	-	-	-	-	61	0,03
	Total em 31/12/2022	3.414	202.429	3.445	-	47	4	812	-	5	210.156	87,80
	Total em 31/12/2021	-	191.641	4.044	53	64	-	1.101	40	32	196.975	85,80
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	8.483	4.724	4.481	2.500	1.773	835	3.214	26.010	10,86
	01 a 30 dias	-	-	454	128	105	58	56	22	92	915	0,38
	31 a 60 dias	-	-	591	185	183	105	83	45	159	1.351	0,56
	61 a 90 dias	-	-	313	101	45	36	40	11	37	583	0,24
	91 a 180 dias	-	-	1.183	404	325	201	176	81	278	2.648	1,11
	181 a 360 dias	-	-	1.586	689	584	357	318	134	491	4.159	1,74
	Acima de 360 dias	-	-	4.356	3.217	3.239	1.743	1.100	542	2.157	16.354	6,83
	Parcelas vencidas	-	-	497	422	495	426	276	223	872	3.211	1,34
	01 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15 a 30 dias	-	-	459	152	120	75	66	31	104	1.007	0,42
	31 a 60 dias	-	-	38	142	117	77	67	32	99	572	0,24
	61 a 90 dias	-	-	-	87	54	44	12	14	46	257	0,11
	91 a 180 dias	-	-	-	41	204	187	86	91	267	876	0,37
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	43	45	55	256	399	0,17
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	0,03
Total	Total em 31/12/2022	-	-	8.980	5.146	4.976	2.926	2.049	1.058	4.086	29.221	12,20
	Total em 31/12/2021	-	-	16.754	4.273	2.385	1.478	1.976	697	5.044	32.607	14,20
	Total em 31/12/2022	3.414	202.429	12.425	5.146	5.023	2.930	2.861	1.058	4.091	239.377	100,00
	Total em 31/12/2021	-	191.641	20.798	4.326	2.449	1.478	3.077	737	5.076	229.582	100,00

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****6.1. Rendas de operações de crédito**

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Rendas de empréstimos e títulos descontados	47.178	42.933
Rendas de financiamentos	1.506	755
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.849	2.208
Total	50.533	45.896

6.2. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Com característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos exercícios	9.114	8.402
Constituição de provisão	13.665	13.829
Reversão de provisão	(6.966)	(4.964)
Efeito no resultado	6.699	8.865
Baixa de créditos – prejuízo	(6.879)	(8.153)
Saldos no final dos exercícios	8.934	9.114
Sem característica de Concessão de Crédito		
Saldos no início dos exercícios	-	-
Entrada por transferência	63	-
Saldos final dos exercícios	63	-
Total	8.997	9.114
Circulante	2.998	3.055
Não circulante	5.999	6.059

7. ATIVOS FISCAIS**7.1. Correntes - Impostos a compensar**

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Imposto de renda e contribuição social ⁽ⁱ⁾	880	-	1.973	1.050
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	9.948	9.597	9.948	9.597
Antecipação IRPJ/CSLL	381	740	381	740
Imposto de renda e contribuição social – IPC/90 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	1.256	1.660
Outros	673	-	741	35
Total	11.882	10.337	14.299	13.082
Circulante	1.054	740	1.122	776
Não circulante	10.828	9.597	13.177	12.306

⁽ⁱ⁾ Imposto de renda e contribuição social referem-se a saldos credores de exercícios anteriores.

⁽ⁱⁱ⁾ A Creditaqui é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ O imposto de renda e contribuição social - IPC/90 são provenientes da inclusão dos efeitos da correção monetária de balanço, amparada pela Lei nº 8.200/91, na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 1995.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

A Creditaqui reconheceu, em 2010, crédito de COFINS, no montante de R\$ 12.676 líquido dos impostos, decorrente de ação judicial transitada em julgado, em 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou-se a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Da mesma forma é o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em 2005, no montante de R\$ 886, líquido dos impostos. Não obstante os trânsitos em julgado, há discussão administrativa em andamento sobre o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. A avaliação de risco por consultores jurídicos externos é remota.

7.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição dos créditos tributários, no individual e consolidado

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Imposto de Renda		
Base de cálculo	46.755	39.158
Prejuízo Fiscal	22.527	15.413
Diferenças temporárias	24.228	23.745
Total do efeito do IR	11.689	9.790
Contribuição Social		
Base de cálculo	48.968	40.836
Base Negativa à alíquota de 15%	24.740	17.091
Diferenças intertemporais à alíquota de 15%	24.228	23.745
Total do efeito da CSLL	7.345	6.125
Total geral – Não circulante	19.034	15.915

b) Movimentação dos créditos tributários, no individual e consolidado

Créditos tributários	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Base negativa
Saldos em 31/12/2021	5.937	3.853	3.561	2.564
Constituição	3.506	1.743	2.104	1.126
Realização	(3.385)	-	(2.031)	-
Reclassificação	-	35	-	21
Efeito líquido no resultado	121	1.778	73	1.147
Saldos em 31/12/2022	6.058	5.631	3.634	3.711
Total	11.689		7.345	

c) Realização dos créditos tributários

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de valores sob decisões judiciais, no individual e consolidado, montam em R\$ 4.044 (R\$ 4.043 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2027.

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, no individual e consolidado, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base nas taxas de captação para os anos correspondentes:

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Realização dos Créditos Tributários					
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total		
			Dez / 2022	Dez / 2021	
2022	-	-	-	2.873	
2023	1.879	1.124	3.003	8.996	
2024	2.408	1.398	3.806	3	
2025	1.284	716	2.000	-	
2026	1.713	965	2.678	4.043	
2027	4.104	2.406	6.510	-	
2028	301	736	1.037	-	
Total	11.689	7.345	19.034	15.915	
Valor presente	8.019	4.939	12.958	13.747	

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização dos créditos tributários dependerá da efetivação das projeções de lucros futuros previstos no estudo técnico elaborado pela Administração em dezembro de 2022 e aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

A Creditaqui é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário. Os referidos créditos tributários reconhecidos montam em R\$ 423.

7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Creditaqui		Creditaqui- Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Resultado antes dos impostos	(8.687)	8.106	(8.456)	8.168
(-) Exclusão do lucro contábil de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(256)	(133)
Base de cálculo	(8.687)	8.106	(8.712)	8.035
Alíquota nominal	40%	45%	40%	45%
Despesa nominal	3.475	(3.648)	3.920	(3.616)
Ajustes à despesa nominal	(630)	3.776	(1.075)	3.744
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(233)	(62)
Deduções dos incentivos fiscais	-	1	-	1
Repetição indébito - Decisão STF	-	4.975	-	4.975
Receita com IRPJ / CSLL	2.845	5.104	2.612	5.042

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****8. OUTROS ATIVOS****8.1. Adiantamentos para pagamentos de nossa conta**

Referem-se, basicamente, a pagamentos efetuados por conta de serviços prestados e aos pagamentos realizados por conta das comissões de originação de operações de crédito consignados, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.925/21.

8.2. Devedores por depósitos em garantia

Referem-se a questionamentos judiciais de ordem tributária, cível e trabalhista *sub judice*. As eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão registradas e classificadas na rubrica "Provisão para outros passivos" (vide nota nº 11.b).

8.3. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

9. INVESTIMENTOS

Descrição	MACS ⁽¹⁾	DOMO ⁽²⁾	Dez / 2022	Dez / 2021
Capital social subscrito e integralizado	4.853	11.500	-	-
Quantidade de ações integralizadas	53.924.604	1.150.000	-	-
Patrimônio líquido ajustado	7.116	10.913	18.029	10.560
Resultado societário do exercício	(489)	1.458	969	(1.974)
Participação no capital integralizado	99,56%	10,00%	-	-
Aquisições (*)	-	650	650	1.055
Perda de capital	-	-	-	(48)
Resultado da equivalência patrimonial	(487)	146	(341)	(133)
(-) Dividendos deliberados	-	-	-	(17)
Valor dos investimentos	7.085	1.091	8.176	7.867

⁽¹⁾ Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. – Empresa controlada na qual a Creditaqui Financeira tem o controle direto, assegurando-lhe, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais, em conformidade com o artigo 243, §2º, da Lei 6.404/76.

⁽²⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual a Creditaqui detém 10% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil do Brasil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

(*) Em AGE de 16 de Novembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital social da DOMO Digital Tecnologia S.A, no valor de R\$ 6.500, com emissão de 6.500.000 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 1,00 real por ação. Assim, a acionista Creditaqui subscreveu e integralizou 650.000 ações, no valor de R\$ 650.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****10. DEPÓSITOS****10.1. Depósitos, no individual e consolidado**

Vencimento	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Dez / 2022	Dez / 2021
A Prazo	10.946	-	10.946	10.457
Interfinanceiros	-	3.786	3.786	-
Total	10.946	3.786	14.732	10.457

10.2. Despesas com operações de captação no mercado, no individual e consolidado

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Depósitos a prazo	1.969	1.344
Depósitos interfinanceiros	2.583	78
Fundo garantidor de crédito	35	57
Total	4.587	1.479

11. PROVISÕES**a) Provisão para outros passivos**

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	9.939	9.630	10.091	9.771
Provisão para processos trabalhistas	298	276	298	276
Provisão para processos cíveis	7.475	7.557	7.475	7.557
Total – Não circulante	17.712	17.463	17.864	17.604

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram o percentual de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), a Creditaqui possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Creditaqui venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
CSLL ^(I)	8.696	8.414	8.696	8.414
PIS ^(II)	1.234	1.209	1.386	1.350
Outros	9	7	9	7
Total – Não circulante	9.939	9.630	10.091	9.771

^(I) Refere-se, basicamente, a questionamento judicial da exigibilidade de aplicação de alíquotas diferenciadas entre instituições financeiras e não financeiras, instituída pelos dispositivos das Leis nºs 7.689/88, 8.114/90, 8.212/91, 9.316/96, Lei Complementar nº 70/91, Emenda de Revisão Constitucional nº 01/94 e Emenda Constitucional nº 10/96, até o advento da MP nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999, atual MP nº 2.158-35/01.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança a partir de janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	Creditaqui			Creditaqui – Consolidado		
	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31/12/2021	9.630	7.557	276	9.771	7.557	276
Constituição	-	7.924	401	-	7.924	401
Atualização monetária	1	417	29	12	417	29
Atualização de depósitos	308	-	-	308	-	-
Liquidações	-	(8.423)	(408)	-	(8.423)	(408)
Saldos em 31/12/2022	9.939	7.475	298	10.091	7.475	298
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.2.)	10.597	1.947	696	10.750	1.947	719

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. No exercício, não existem ações de natureza tributária, classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos.

12. OUTROS PASSIVOS

12.1. Credores diversos, no individual e consolidado

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Comissões sobre originação de operações de crédito	1.062	797
Créditos consignados a processar ^(I)	720	682
Provisão para despesas administrativas	463	893
Outros	238	76
Total – Circulante	2.483	2.448

^(I) Recebimentos de valores para baixas e repasses futuros de prestações de créditos consignados a processar e portabilidade.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****12.2. Provisão para pagamentos a efetuar**

Refere-se, basicamente, às comissões devidas a correspondentes no país que serão liquidadas de acordo com o prazo das operações de crédito cedidas.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**13.1. Capital social****a) Capital Social**

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Descrição	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações ordinárias	10.179.565	76.347	10.179.565	71.256
Ações preferenciais	7.830.435	58.728	7.830.435	54.814
Total do capital subscrito e integralizado	18.010.000	135.075	18.010.000	126.070
Valor nominal em reais		7,50		7,00

b) Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social, no valor de R\$ 9.005, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, sem emissão de novas ações, com alteração no valor nominal das ações.

13.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

13.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Conforme definição estatutária é destinado até 70% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Descrição	Creditaqui	
	Dez / 2022	Dez / 2021
Lucro líquido / (prejuízo) dos exercícios	(5.842)	13.210
(-) Reserva legal	-	(660)
Reversão de Reservas Estatutárias para absorção de prejuízo	5.842	-
Base de cálculo ajustada	-	12.550
Juros sobre capital próprio / Dividendos pagos	-	3.751
Juros s/ capital próprio pagos - bruto	-	3.079
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(462)
Juros s/ capital próprio pagos - líquido	-	2.617
Dividendos	-	672

Os Juros sobre capital próprio por ação são como segue

Descrição	Valor bruto	IR	Valor líquido	Valor líquido por ação	
				Ordinária	Preferencial
Dez / 2021					
Juros sobre capital próprio	3.079	(462)	2.617	-	0,334245
Dividendos	672	-	672		0,085755
Total	3.751	(462)	3.289	-	-

13.4. Lucro / (prejuízo) por ação

O lucro / (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro / (prejuízo) atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Creditaqui e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2022	Dez / 2021
Número médio e final de ações	10.179.565	7.830.435	18.010.000	18.010.000
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	10.179.565	7.830.435	18.010.000	18.010.000
Lucro líquido / (prejuízo) atribuível (em R\$ mil)	(3.302)	(2.540)	(5.842)	13.210
Lucro / (prejuízo) básico por ação	(0,3244)	(0,3244)	(0,3244)	0,7335

14. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**14.1. Despesas de pessoal**

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Remuneração dos administradores	4.702	5.912	4.704	5.914
Benefícios e treinamentos	83	73	83	73
Encargos sociais	1.060	1.343	1.061	1.344
Total	5.845	7.328	5.848	7.331

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****14.2. Outras despesas administrativas**

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios	5.397	3.784	5.397	3.784
Processamento de dados	2.552	2.128	2.552	2.128
Publicação	185	187	223	241
Serviços de terceiros	1.895	2.801	1.897	2.802
Serviços do sistema financeiro	62	55	62	55
Serviços prestados – ligadas ⁽ⁱ⁾	2.805	2.736	2.874	2.757
Serviços técnicos especializados	764	727	773	736
Despesas de seguros	1.930	2.176	1.930	2.176
Outras despesas administrativas	352	443	360	452
Total	15.942	15.037	16.068	15.131

⁽ⁱ⁾ Referem-se aos reembolsos de custos de gestão e administração pagos ao seu Controlador Banco Mercantil do Brasil S.A. por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 15.1.).

14.3. Despesas tributárias

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
COFINS	1.840	1.833	1.840	1.834
PIS	299	298	299	298
IPVA	-	2.815	-	2.815
Outros tributos	32	15	36	19
Total	2.171	4.961	2.175	4.966

14.4. Outras receitas operacionais

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Variações monetárias ativas	1.789	4.768	1.882	4.799
Recuperação de encargos e despesas	2.630	343	2.630	343
Reversão de provisões operacionais	1	3	1	3
Outras receitas	354	356	439	356
Total	4.774	5.470	4.952	5.501

14.5. Outras despesas operacionais

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Dez / 2022	Dez / 2021	Dez / 2022	Dez / 2021
Descontos concedidos ⁽ⁱ⁾	1.735	1.650	1.735	1.650
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	18.492	406	18.492	406
Variação monetária passiva	1	12	12	16
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	63	-	63	-
Outras despesas	225	456	1.093	456
Total	20.516	2.524	21.395	2.528

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

14.6. Reversões / (Despesas) de Provisões, no individual e consolidado

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Provisões trabalhistas	(430)	223
Provisões fiscais	-	1.514
Provisões cíveis	(8.341)	(6.884)
Total	(8.771)	(5.147)

14.7. Resultados não recorrentes

No exercício, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**15.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Ativos	2.591	19.809
Disponibilidades (BMB)	1.188	1.348
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (BMB)	984	18.025
Outros Ativos (BMB)	419	436
(Passivos)	(4.025)	(2.891)
Depósitos Interfinanceiros	(3.786)	-
Outros Passivos	(239)	(2.891)
Sociais e estatutárias (BMB)	-	(2.649)
Outras Obrigações (BMB)	(239)	(242)
Contas de Resultado		
Receitas / (Despesas)	(4.556)	(1.017)
Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (BMB)	(1.750)	1.719
Outras Despesas Administrativas (BMB) - vide nota nº 14.2.	(2.805)	(2.736)

BMB – Banco Mercantil do Brasil S.A..

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Creditaqui dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Creditaqui Financeira S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 22/04/2022, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 7.450.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (vide nota nº 14.1.).

Até 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Creditaqui integra o grupo de empresas patrocinadoras da Caixa "Vicente de Araújo" de Assistência aos Funcionários do Grupo Financeiro Mercantil do Brasil – CAVA, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 03 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de natureza social aos participantes e seus beneficiários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve contribuição. Não há ajuste de avaliação atuarial do plano de benefícios definido a ser registrado nesta instituição.

Em reunião do conselho de administração da Creditaqui, realizada em 27 de julho de 2022, foi deliberado a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA.

O processo de retirada de patrocínio total do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

17. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

Na Creditaqui, o gerenciamento da estrutura de capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21.

No Gerenciamento da estrutura de capital são utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no site do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

O controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. optou, na forma da regulamentação em vigor, pela apuração dos índices de imobilizações e de risco consolidados, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado, estando todos dentro dos limites permitidos pelo Banco Central do Brasil.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro 2022, o índice de imobilização posicionou em 22,25% (31,44% em dezembro de 2021), e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 15,21% (13,83% em dezembro de 2021), perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

17.1. Razão de Alavancagem

Na Creditaqui, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

18. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

Na Creditaqui, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Creditaqui Financeira S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no site do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

Com base na Resolução CMN nº 4.924/21, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser apurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- **Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes**

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Creditaqui utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Cotas de Fundos.

Nível 3: Para determinados títulos, a Creditaqui dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por CDB e FIDC.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Descrição	Creditaqui		Creditaqui – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Nível 2	231.427	231.427	231.427	231.427
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	984	984	984	984
Operações de Crédito e Outros Créditos	230.443	230.443	230.443	230.443
Nível 3	863	863	5.591	5.591
Títulos e Valores mobiliários – CDB	-	-	4.728	4.728
Títulos e Valores mobiliários – FIDC	863	863	863	863
Total em 31/12/2022	232.290	232.290	237.018	237.018
Total em 31/12/2021	240.418	240.418	245.289	245.289
Passivos Financeiros				
Nível 2	3.786	3.786	3.786	3.786
Depósitos Interfinanceiros	3.786	3.786	3.786	3.786
Nível 3	10.946	10.946	10.946	10.946
Depósitos a Prazo	10.946	10.946	10.946	10.946
Total em 31/12/2022	14.732	14.732	14.732	14.732
Total em 31/12/2021	10.457	10.457	10.457	10.457

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

b) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu nova regulamentação contábil para os Instrumentos Financeiros alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9, a vigorar a partir de 01/01/2025, que trata principalmente dos ativos e passivos financeiros e resultará em importantes modificações no COSIF.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação.

Nesse contexto, a Creditaqui, em conjunto com seu controlador, empreendeu seus melhores esforços mediante análise e debate da Resolução CMN nº 4.966/2021 com as principais áreas impactadas pela norma e formulou Plano de Implementação e enviou ao Bacen em junho de 2022.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Assim, as principais linhas de frente estabelecidas no Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966 são:

- Adaptação do Modelo de Negócios existente para a contemplar a nova classificação e mensuração dos ativos financeiros, e implementação do Teste de SPPJ.
- Alteração do modelo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros abrangendo os ativos financeiros que atendam aos requisitos da norma.
- Alocação dos instrumentos financeiros em três estágios com fundamento na avaliação do nível de risco, considerando a probabilidade de aumento significativo de risco do instrumento financeiro caracterizar-se como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.
- Alterar os procedimentos contábeis notadamente: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.
- Adaptação dos Roteiros e Sistema Contábeis considerando dentro deste contexto as mudanças anteriormente elencadas, bem como reestruturação do COSIF em andamento, para atender a norma.

A Creditaqui está trabalhando para a tempestiva implementação da norma no prazo regulamentar.

c) Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Creditaqui Financeira S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com a instituição controladora, Banco Mercantil do Brasil S.A., razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis a Creditaqui Financeira S.A.

Assim, o controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. divulga as demonstrações financeiras consolidadas anuais em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2022 simultaneamente às demonstrações financeiras em BR GAAP no site (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

d) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de 08/02/23, considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. O julgamento do STF refere-se especificamente a alguns casos de CSLL que tiveram julgamento favorável à tese, inter partes, antes de 2007. Contudo o Supremo julgou que a exação seria constitucional em 2007 e tal julgamento teve efeito “erga omnes”.

Sobre o assunto, o Banco informa que não tem qualquer decisão desse tipo (inter partes) que lhe beneficie até os dias atuais de algum tributo que lhe fora julgado favoravelmente. Assim, não há qualquer efeito que deva ser divulgado nas demonstrações financeiras do Banco ou Consolidado em virtude do julgamento realizado pelo STF.

Outras informações poderão ser obtidas no site do Controlador (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

CREDITAQUI FINANCEIRA S.A.
Crédito, Financiamento e Investimento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Ribeiro Vianna Neto – Presidente
Paulo Henrique Brant de Araújo – Vice-Presidente
Ângela Cristina Romariz Barbosa Leite – Secretária

Amadeu Brasileiro dos Santos
Márcio Lopes Costa

DIRETORIA**DIRETOR PRESIDENTE**

Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Renato Augusto de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

José Ribeiro Vianna Neto
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Maurício de Faria Araújo

DIRETORES

Anderson Adeilson de Oliveira
Luiz Carlos de Araújo

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Yehuda Waisberg

CONTADOR

Anderson Guedes Inocência
CRC – MG 077029/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
(nova denominação social da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (nova denominação social da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos) ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e da Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Financeira e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.4 (b) e 6)

A Financeira atua, substancialmente, no segmento de crédito direto ao consumidor e crédito consignado. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99.

No atendimento dessa norma, a administração da Financeira exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração e definição dos riscos de crédito dos devedores.

O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito significativamente diferente.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Além disso, executamos testes, em base amostral, sobre: (i) a base de dados; (ii) as premissas adotadas pela administração na mensuração da provisão; (iii) a identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) os

processos estabelecidos pela Financeira para atendimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Adicionalmente, efetuamos, em base amostral, testes sobre as premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.4 (c) e 7.2)

A Financeira possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro.

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucros tributários e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributários futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Financeira com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções e análise de aderência em relação à Resolução CMN nº 4.842/20.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Provisões para passivos contingentes (Notas 2.4 (g) e 11)

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração da Financeira.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências e testes de aderência às respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Analisamos a probabilidade de perda dos processos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia de informação

O processamento das transações da Financeira, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia da informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação, controles automatizados ou dependentes de tecnologia da informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Financeira, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar, para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Financeira. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 07 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento que esta subscrevem, em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VII, da Lei nº 6.404/76, examinaram os resultados referentes às demonstrações financeiras correspondentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive notas explicativas e parecer do auditor independente – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”), sendo estes documentos examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ainda, examinaram o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros que tem como objetivo demonstrar a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com a Resolução CMN N° 4.842/2020.

Desta forma, com base nos exames efetuados e considerando os resultados apresentados nos aludidos documentos, o Conselho Fiscal da Companhia, de forma unânime, opina que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2022, e estão em condições de serem apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 06 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Yehuda Waisberg
Leowigildo Leal da Paixão Araújo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Creditaqui Financeira S.A. – “Creditaqui”, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Creditaqui, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte/MG, 07 de março de 2023.

Diretor Presidente

Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Renato Augusto de Araújo

Diretores Executivos

José Ribeiro Vianna Neto

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Mauricio de Faria Araujo

Diretor

Anderson Adeilson de Oliveira

Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos de Araújo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Creditaqui Financeira S.A. – “Creditaqui”, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras da Creditaqui, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte/MG, 07 de março de 2023.

Diretor Presidente

Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Renato Augusto de Araújo

Diretores Executivos

José Ribeiro Vianna Neto

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Mauricio de Faria Araujo

Diretor

Anderson Adeilson de Oliveira

Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos de Araújo